

Organização do trabalho na escola e reformas educativas.



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Em meados de 2011, o **Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais (GREPPE)** realizou, no Instituto de Biociências da UNESP/RC, o III Seminário Internacional de Gestão Educacional com o tema **Organização do trabalho na escola e reformas educativas**. A escolha da temática derivou das pesquisas em andamento desenvolvidas pelo grupo, as quais, por seu turno, buscam elucidar as consequências para a efetivação do direito à educação de qualidade e para todos de orientações informadas pelas reformas educativas e propostas para diversos contextos.

As reflexões de Licínio Lima, em artigo de introdução a este Número Temático, nos advertem a respeito de desvios decorrentes da

“sobredeterminação de certas análises produzidas em, e sobre, certos países, também dessa forma podendo contribuir para a subordinação do trabalho de pesquisa e para tornar invisíveis as especificidades, ou particularidades, das realidades socioeducativas em estudo.[...]”

Salvaguardado especificidades históricas e regionais, inúmeras pesquisas e reflexões indicam a existência de padrões recorrentes em programas e políticas educativas sugeridos para a Europa e América. Aspectos que confirmam essa direção podem ser percebido na generalização do uso de testes padronizados; na presença do setor privado com ou sem fim lucrativo como gestores das políticas educacionais; na

adoção de mecanismos da administração empresarial como pretensos mecanismos para a melhoria da gestão e da educação pública e, principalmente, na reconfiguração do papel do Estado.

No entanto, é nosso entendimento que é

na condição de sistema público de ensino que a tarefa educativa pode ser realizada, pois é sob esta condição que os interesses e as necessidades da maioria da população podem ser objeto de reivindicação e pressão. O deslocamento de tal perspectiva para a esfera privada também desloca a educação do campo da política submetendo-a interesses e lógicas cujo crivo, se não for dado pelo mercado e, por conseguinte, pela lógica do lucro, é oriundo de interesses e visões particulares do que seja a educação para todos e as condições nas quais esta educação pode ser ofertada (ADRIÃO, 2011. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/Poled/issue/view/1467>)

O Número Temático **Organização do trabalho na escola e reformas educativas**, por mim apresentado para o Volume 21. Nº 38 da revista *Educação: Teoria e Prática*, soma-se a esforços analíticos que por diversos percursos compõem um mosaico de olhares cujo objetivo é auxiliar na compreensão das reformas educacionais ao mesmo tempo em que instrumentaliza seus leitores para a defesa da educação como direito social.

O artigo **Políticas educacionais, organização escolar e trabalho dos professores** de Licínio C. Lima analisa dimensões e conseqüências do que o autor designa como *gerencialismo e hiperburocratização* das escolas em “referência a tendências internacionais e também à mais recente reforma portuguesa do sistema de gestão das escolas estatais”.

Celso João Ferretti, relacionando, sem subsumir, as alterações na organização do trabalho na escola às alterações no campo do trabalho em geral sublinha os efeitos da intensificação e proletarização do trabalho docente sem deixar de considerar a existência de “resistências e dissimulações, adesões deliberadas ou conformistas, as quais podem motivar conflitos”.

Heleno Araujo Filho apresenta um panorama da educação brasileira decorrente das alterações propostas pela Constituição Federal de 1988 , indaga sobre a pertinência de algumas orientações para a democratização da educação e ressalta o papel relevante que os setores organizados da sociedade, em especial os trabalhadores em educação, podem assumir na construção de políticas públicas mais condizentes com os interesses da maioria da população.

Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente, texto proposto por Álvaro Moreira Hypolito, localiza as alterações de natureza gerencial da gestão da educação no modelo neoliberal do qual, segundo o autor, emerge um “novo modo de vida, gerencial, de controle, mercadológico, com a privatização do público e organizado com base no *ocidentalismo* e no *gerencialismo*”.

Os autores **Adriana Dragone Silveira e Vitor Mizuki** analisam princípios normativos relacionados à compra dos sistemas privados de ensino pelo setor procedimento que na restringiria o princípio constitucional da “gestão democrática e a possibilidade do ensino ser ministrado a partir de diferentes concepções pedagógicas”.

No texto **Breve retrato da atuação dos Grupos Empresariais Objetivo, COC e Positivo nos municípios do estado de São Paulo**, as autoras - Lucaina Glazerano: Roberta Gobi e katia Tamara - apresentam as características dos principais grupos

empresarias responsáveis pela venda dos “sistemas privados de ensino “ ao setor público no Estado de São Paulo entre os anos 2001 a 2010.

Sobre a mesma temática, o ensaio **Sistemas de ensino privados em redes públicas de educação: relações com a organização do trabalho na escola** decorre de informações iniciais de quatro estudos de caso, coordenados pelas autoras Teise Garcia e Bianca Correa, em escolas públicas paulistas que adotam sistemas privados de ensino e reflete sobre as “relações entre a compra de sistemas de ensino privados e a organização do trabalho na escola pública.”

Raquel Borghi e Regiane Bertagna, no trabalho intitulado **Possíveis relações entre avaliação e sistemas apostilados privados em escolas públicas** busca relacionar a ampliação da adoção deste tipo de assessoria privada pelas redes públicas e a ampliação dos modelos de avaliação externos.

O caráter educativo da gestão escolar e a reflexão sobre suas potencialidades para o exercício de práticas democráticas, sem contudo desconsiderar os limites impostos pelas condições concretas nas quais se desenvolvem o trabalho dos profissionais da educação é parte do que Maria Vieira nos apresenta no texto **A organização do trabalho escolar em foco: os limites das heranças anti-democráticas e as potencialidades dos processos participativos.**

Silvana Souza em **GESTÃO DEMOCRÁTICA E ARQUITETURA DA ESCOLA**, nos convida a refletir sobre a construção e organização do espaço escolar e sua relação com o processo de democratização da educação básica, indicando elementos que inibem o exercício de práticas coletivas ao mesmo tempo que reforçam mecanismos de controle.

O texto selecionado para fechar este dossiê, de Maria Rosa Mizuraca, **La Organización del Trabajo en la Escuela en el Contexto Posterior a la Década Neoliberal**, concentra-se em medidas adotadas recentemente na Argentina, especialmente a destinação de subvenção para famílias de baixa-renda que mantenham seus filhos na escola, que trazem impactos para a organização do trabalho na escola e para o trabalho docente.

Integra ainda este conjunto de reflexões a **Carta do GREPPE/Rio Claro**, manifesto contra os processos de privatização da educação pública brasileira assinado por convidados e participantes presentes no evento.

Quero crer que os textos apresentados integram um movimento teórico e político que com Gramsci busca afiar o ‘pessimismo da razão’, para ajudar ao ‘otimismo da vontade’.

Campinas, outubro de 2011

Profa Dra Theresa Adrião

Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Coordenadora GREPPE